



## SAÚDE

# Brasil é excluído de “vacina” contra HIV

País participou de pesquisas para desenvolvimento de medicamento com eficácia de quase 100%, mas ficou de fora de lista de licenciamento para garantir a produção de uma versão genérica de baixo custo

» DANANDRA ROCHA

Considerado uma das maiores descobertas científicas dos últimos anos, o Lenacapavir, medicamento injetável com eficácia de 95% na prevenção do vírus causador da síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), deve ficar de fora da lista de remédios distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O preço é o principal fator da exclusão, pois os pesquisadores estimam que cada paciente poderia custar para os cofres públicos algo entre US\$ 25.395 e 44.918 (cerca de R\$ 153 mil e 271 mil).

Aplicado apenas duas vezes ao ano, o antiviral demonstrou uma eficácia de quase 100% — o que é considerado o melhor resultado já obtido para uma vacina na prevenção do vírus causador da doença. A Gilead Sciences, farmacêutica responsável pelo desenvolvimento, firmou acordos com seis laboratórios internacionais para que o medicamento seja disponibilizado de forma acessível em 120 países que estão no quadro de extrema pobreza.

Classificado como país de renda média, o Brasil foi excluído mesmo tendo participado dos estudos clínicos que comprovaram a eficácia do medicamento. O valor para obter o Lenacapavir é considerado “inviável” pelo Ministério da Saúde. O novo remédio pertence a uma nova classe de antirretrovirais (inibidores de capsídeo) e bloqueia a estrutura fundamental para que o HIV se multiplique no organismo. Ele é administrado por injeção subcutânea a cada seis meses. Inicialmente, foi aprovado para pessoas com o vírus resistente a múltiplos medicamentos, mas os testes como profilaxia pré-exposição (PrEP), ou seja, prevenção, mostraram resultados muito eficazes.

Para a infectologista Ana Beatriz Ferreira Caixeta, pesquisadora do Hospital de Clínica da Universidade Federal de Goiás (UFG), as duas injeções administradas apenas duas vezes por ano têm potencial para maior adesão por parte dos pacientes. “É muito necessário que o Lenacapavir esteja

Freepik



Valor para obter o Lenacapavir é considerado “inviável” pelo Ministério da Saúde, pois custaria até R\$ 271 mil para cada paciente



**Com a força da mobilização social, podemos garantir mais essa vitória para o país, caminhando em direção ao fim das infecções por HIV”**

**Duda Salabert,**  
deputada federal

acessível a nível de saúde pública, não somente no Brasil, mas para o resto do mundo”, defende.

### Pela saúde

A deputada federal Duda Salabert (PDT-MG) reclama de uma nação considerada de renda média, como o Brasil, ter ficado de fora da negociação para obter o Lenacapavir. Ela cita que o país participou de parte dos estudos clínicos do fármaco e que, agora, há o risco de ficar sem acesso ao próprio medicamento que ajudou a validar. “Fomos excluídos desse acordo. Isso não faz sentido. Somos o único país no top 10 de países com o maior número de casos de HIV”, argumenta.

A parlamentar afirmou que tem articulado com movimentos sociais e o governo federal, e até com empresa fabricante. Ela considera que o país precisa se preparar para usar todos os mecanismos legais disponíveis. Se as negociações não avançarem, a quebra de patente — prevista na Lei de Propriedade Industrial — deve ser considerada, segundo ela. “O lucro não pode estar acima do direito à vida”, defende.

Para Duda Salabert, a pressão da sociedade civil será decisiva. “Foi a mobilização social que garantiu a distribuição gratuita dos antirretrovirais nos anos 1990”, apontou. “Com a força da mobilização social, podemos garantir mais essa vitória para o país,

caminhando em direção ao fim das infecções por HIV”, completou.

Por meio de nota, o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) informou que acompanha atentamente as discussões em torno do licenciamento do Lenacapavir, mas ressaltou que as decisões estratégicas sobre o caso são de responsabilidade do Ministério da Saúde.

Ao **Correio**, a Saúde disse que acompanha com atenção os avanços tecnológicos de novos medicamentos e reconhece a importância do Lenacapavir. No entanto, destacou que o medicamento ainda não possui registro para prevenção na Anvisa: condição básica para sua análise de incorporação ao SUS.

## SEGURANÇA

### Trabalhador é morto por PM

» LUANA PATRIOLINO

Um policial militar de folga matou, em São Paulo, um jovem de 26 anos que acabava de sair do trabalho, ao “confundi-lo” com um assaltante. O agente Fábio Anderson Pereira de Almeida, do 12º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana, chegou a ser preso em flagrante por homicídio culposo após o crime, na noite de sexta-feira, mas pagou fiança e foi liberado. Ele foi afastado do serviço operacional.

A vítima, Guilherme Dias Santos Ferreira, estava saindo de uma fábrica de camas, onde trabalhava como marceneiro, e estava chegando ao ponto de ônibus quando foi atingida por um disparo feito pelo policial, que havia sido assaltado. O trabalhador recebeu um tiro na cabeça disparado por Fábio Almeida.

De acordo com o boletim de ocorrência, Guilherme tinha na bolsa, no momento em que foi morto, um livro, uma marmita, um celular e documentos. Um colega da vítima, que estava com ele nesse momento, foi preso no local, mas foi liberado após prestar depoimento. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), o autor do tiro alegou ter reagido a uma tentativa de roubo praticada por um grupo de motociclistas.

Ao ver um homem se aproximando, atirou — mas quem se aproximava era Guilherme, que não tinha qualquer relação com o crime e apenas seguia em direção ao ponto de ônibus. Ele responderá ao processo em liberdade. O caso é investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), com acompanhamento da Polícia Militar.

### » Roubo de Ozempic em SP

Uma mulher foi presa e dois adolescentes foram apreendidos, ontem, após assaltarem uma farmácia para roubar canetas emagrecedoras, na zona leste de São Paulo. No momento da fuga, eles bateram o carro, que era dirigido por uma pessoa sem habilitação. Com a quadrilha, a polícia recuperou R\$ 42 mil em canetas das marcas Ozempic e Wegovy. A suspeita é de que eles façam parte de um grupo especializado nesse tipo de roubo.

## SUSTENTABILIDADE

# Investimento bilionário para salvar a Amazônia

» VANILSON OLIVEIRA

Organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e lideranças nacionais e internacionais entregaram à presidência da COP30 um plano de ação para atrair novos investimentos voltados à proteção da Amazônia. O documento, que possui dados alarmantes, revelou que a floresta perdeu 17% de sua cobertura vegetal original e outros 31% estão degradados.

Segundo a projeção, caso mais 5% sejam devastados, o bioma pode entrar em colapso, liberando bilhões de toneladas de carbono na atmosfera e inviabilizando o cumprimento do Acordo de Paris, que busca limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C. Intitulada “Ampliando Grande Financiamento de Soluções Baseadas na Natureza para Proteger a Amazônia: Um Roteiro para a Ação”, a carta pede que o Brasil, como país-sede da COP30, lidere um pacto global pela floresta.

A proposta principal é mobilizar ao menos US\$ 7 bilhões por

ano, valor considerado necessário para impedir que a região atinja o ponto de não retorno — momento em que a degradação da floresta se torna irreversível, comprometendo o equilíbrio climático do planeta. A carta foi entregue à secretária nacional de Mudanças do Clima e Diretoria Executiva da COP30, Ana Toni, que defende a conservação de 331 milhões de hectares, a restauração de 600 mil km<sup>2</sup> de áreas degradadas e a garantia de repasses diretos a povos indígenas e comunidades locais, considerados os principais guardiões da floresta.

Entre as soluções, estão também a criação de um fundo internacional permanente — o Tropical Forest Forever Facility (TFFF) — e o fortalecimento de programas de rastreabilidade de cadeias produtivas, como o da carne bovina no Pará e a Moratória da Soja. Para o senador Beto Faro (PT-PA), que acompanha de perto os preparativos da conferência, a COP30 é a chance histórica do Brasil liderar uma virada na forma como o mundo enxerga a Amazônia.

“Enquanto isso, quem lucrou com a devastação assiste à crise climática de camarote e ainda nega os efeitos visíveis das alterações no meio ambiente”, observa o parlamentar.

O Banco Mundial estima que os US\$ 7 bilhões por ano são essenciais para manter a floresta. Entretanto, na última década, apenas US\$ 5,8 bilhões foram mobilizados globalmente com esse fim. O financiamento climático atual ainda é desproporcional: apenas 3% dos recursos vão para soluções baseadas na natureza voltadas à mitigação, e 11% para adaptação — muito aquém do necessário.

### Investimento

Além de um plano de financiamento robusto, o documento pede o redirecionamento de subsídios públicos que ainda favorecem atividades predatórias, como a grilagem e o desmatamento em florestas públicas não destinadas — responsáveis por cerca de 30% da perda anual de vegetação nativa no país.

Lula Sampaio



Entidades ressaltam necessidade de preservação da floresta

A proposta também exige o fortalecimento das capacidades de governança local, investimentos em tecnologias de monitoramento ambiental, garantias fundiárias e salvaguardas

socioambientais, com protagonismo direto dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICLs).

“O Brasil tem a oportunidade histórica de liderar uma transformação global. É hora de

reconhecer o enorme potencial que a natureza tem para proteger o planeta. E, além de mobilizar recursos, precisamos garantir que eles cheguem aos territórios de quem realmente protege a floresta. A COP30 pode ser o marco de uma nova era de cooperação internacional, com a Amazônia no centro e no coração do planeta”, destaca Juliana Simões, da The Nature Conservancy (TNC) Brasil, uma das signatárias da proposta.

O documento traz recomendações como o lançamento de uma Declaração Global pela Amazônia, o apoio a iniciativas como o Programa ARPA, o Fundo Podáali, a Inovação Financeira para Amazônia, Cerrado e Chaco (IFACC), e o fortalecimento da cooperação entre bancos públicos, empresas, movimentos filantrópicos e governos. A expectativa é de que a carta seja incorporada à agenda oficial da Presidência da República da COP30 e ajude a posicionar o evento como um ponto de inflexão no combate à crise climática.